

Livro raro:

antecedentes, propósitos e definições

Ana Virginia Pinheiro

Como citar: PINHEIRO, A. V. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. *In:* SILVA, H. C.; BARROS, M. H. T. C. (org.). **Ciência da Informação:** múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 31-44. DOI: <https://doi.org/10.36311/2009.978-85-60810-16-1.p31-44>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Livro Raro¹: antecedentes, propósitos e definições

Ana Virginia Pinheiro

Que é livro raro?

Esta é uma questão que atormenta bibliófilos, curadores de acervos e eventuais proprietários de itens avulsos. Trata-se de uma pergunta de difícil resposta, por causa de dois precedentes:

1. é impossível pré-determinar as características de um livro raro, porque cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas; e
2. é difícil discernir sobre características postas em evidência, quando se tenta provar a raridade de um livro – os argumentos são frágeis, baseados no “inquestionável” pressuposto da antigüidade.

A evolução do livro contribuiu para a consagração de uma série de “mitos” relacionados a critérios de raridade bibliográfica, tais como:

1. “todo livro antigo é raro” – errado. Antigüidade não é sinônimo de raridade, nem garante o mérito de um livro. No final do século XVII e ao longo do XVIII, muitas edições eram panegíricas, com o nome do patrocinador estampado na página de rosto; o texto, vez por outra, era truncado, incompreensível. Além disso, publicava-se de tudo; um bom exemplo é a obra de Johann Despauterius – um apanhado de

¹ Este texto é parte do Curso O Livro Raro: formação e preservação de coleções bibliográficas especiais, ministrado pela Professora Ana Virginia Pinheiro desde dezembro de 1991, e está disponível na Internet, em versão não atualizada, em: PINHEIRO, Ana Virginia. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. **Boletim Informativo da Rede Sirius**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 25, jul. 2001. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~rsirius/boletim/art_03.doc>. Acesso em: 04 fev. 2004.

tantos absurdos que seu nome, despautério, designa desconchavo, tolice, disparate, asneira; outro exemplo é a gramática de Aelius Donatus, multiplicada pela tipografia em tantos exemplares, em sucessivas edições, que é praticamente impossível não dispor de um exemplar – a popularidade do autor era tamanha que seu nome, Donato, identifica qualquer gramática (PINHEIRO, 1998, p. 162).

2. “um livro é raro quando é o único existente no mundo” – errado. O acúmulo de títulos sem tratamento em bibliotecas de todo o mundo, formando coleções paralelas, viabiliza a ilusão da “inexistência” de títulos. As coleções paralelas e, no caso do colecionador particular, as coleções de bibliófilos são verdadeiros mistérios para a Bibliografia – podem estar repletas de cimélios.

A noção de raridade bibliográfica envolve tantos valores e circunstâncias, que é necessário formalizar uma metodologia para organizar esse conhecimento. O primeiro passo está em pôr em confronto os conceitos de raro, único e precioso (PINHEIRO, 1989, p. 20), distintos e, ao mesmo tempo, complementares.

Raro é aquilo que é tratado sob esta acepção em qualquer lugar – o que é raro no Brasil, também o é na América do Norte, na Europa, na Ásia.

Único remete à idéia de “exemplar único conhecido”, relevando-se a existência de acervos potencialmente raros, não identificados, em bibliotecas, arquivos e museus, guardiões de livros. Quando se identifica um exemplar, não se pode ter a certeza de que ele seja efetivamente um exemplar único, no mundo (FLAUBERT, p. 78-83).

Precioso abrange as noções de posse e identidade. Cada curador de acervo deve encarregar-se de acumular aquelas coleções que, em princípio, seriam da sua exclusiva competência, em função da missão da pessoa (física ou jurídica) que representa. Por exemplo: compete ao bibliotecário de um banco captar e armazenar todos os títulos referentes à história daquele banco, de seus fundadores, de seus acionistas – que são, por isso, preciosos; compete à determinada biblioteca estadual captar todos os itens referentes ao estado que representa (autores naturais, obras locais, obras sobre o estado etc.), formando uma coleção exaustivamente personalizada e, por isso, preciosa.

Esses conceitos que subsidiam critérios de raridade devem ser avaliados sob as perspectivas do curador, do gerente da instituição ou “dono” do acervo; e do leitor. E, enfim, devem ser formalizadas recomendações metodológicas, que acumulem o universo de valores e circunstâncias envolvidas. Desse modo, propõe-se a consideração de:

- 1 limite histórico;
- 2 aspectos bibliológicos;
- 3 valor cultural;
- 4 pesquisa bibliográfica;
- 5 características do exemplar.

O **limite histórico** releva a história do livro como referencial, atribuindo ao livro, apenas, valor histórico, posto que, a cada século, o livro assumiu um novo aspecto.

Os séculos XV e XVI viram a adoção do papel de trapos como principal suporte do texto impresso, a introdução da página de rosto, da paginação, do título corrente; a substituição do *incipit* pelo título de partida e do *explicit* pelo colofão, da oposição romano/itálico, a imposição de letras ornadas (capitais ornamentadas e capitais historiadas) e o surgimento das alíneas, suavizando a página impressa. Os livros eram religiosos, de gramática, literatura profana e clássicos latinos e gregos (VERGER, 1999, p. 131-132), negociados a bom preço, mais pela qualidade do trabalho do impressor, do que pelos méritos do autor. A contrafação era um problema regular, que se tentava evitar com privilégios de edição e a alta qualidade dos materiais – no entanto, tudo era contrafeito: os privilégios eram desrespeitados, as marcas do impressor que configuravam uma garantia de proveniência eram copiadas e as marcas-d’água dos papéis utilizados na contrafação eram as mesmas da obra contrafeita (McMURTRIE, 1982; MARTÍNEZ DE SOUSA, 1992).

No século XVII, surgiram as folhas volantes, os almanaques e, finalmente, o jornal, com a mesma concepção gráfica do livro. É o século das bibliotecas privadas como “sinal de poder” (CHARTIER, 1996, p. 90) e da estruturação dos catálogos de bibliotecas (MUKHERJEE, 1966, p. 105).

O século XVIII é o período áureo de estabelecimento de grandes bibliotecas, é o século dos “incunábulo” brasileiros (MARTINS, 1996, p. 299-306). O livro era pequeno ou de médio porte e documentou a ascensão da ilustração, a organização da página impressa, a projeção popular do texto e a edição monumental, com vinhetas de extrema beleza.

A bibliofilia ascendeu como um privilégio de poucos, que cultuavam o livro como obra de arte. O livro era valorizado por sua beleza e era sobejamente aceita a associação de belo e bom.

O século XIX é o século da imprensa, do papel de polpa de madeira, da padronização e simplificação do livro e das edições copiosas (ORTEGA Y GASSET apud HORTA, 1998); é o século da imprensa oficial no Brasil e do colecionismo erudito, baseado nas idéias de que “não há livro belo se o texto não é bom [...] [e de que] o livro belo não deve ser produzido apenas para os afortunados do mundo”.(PELLÉTAN apud CALOT; MICHON; ANGOULVENT, 1931, p. 190).

O século XX impõe ao livro uma estética “industrial”, de sucessivas edições, em um processo mais ou menos contínuo de substituição. O livro é o livro *das* coleções, a memória impressa salvaguardada nas bibliotecas. Inicialmente, o livro é considerado por sua materialidade, como objeto (ESCARPIT, 1976), desejado por bibliófilos movidos pelo prazer do livro e por bibliomaníacos, movidos pela obsessão do colecionismo (DIAS, 1994, p. 9).

A história cronológica do livro configura-se, então, como critério. A avaliação de um livro pela data de publicação tem sido considerada como um dos “métodos” mais seguros para sua qualificação como raro. Os catálogos de livros “raros” publicados destacam a data de publicação como o primeiro e, muitas vezes, o único critério de raridade, levando à valorização da idade da obra. A datação tem sido utilizada, também, como referência para segmentação de coleções, alicerçada nas características materiais dos itens, século a século. Esse procedimento favorece o processamento técnico (conservação preventiva e corretiva e descrição), mas não deve ser considerado de modo excludente, à luz da multiplicidade de falsificações (de suporte e de datas) e de itens sem qualidade arquivística que ratificam a idéia de que não basta ser “antigo” para ser valioso.

No início do século XX, o livro, considerado um documento, é também visto como monumento, uma objetivação, onde a associação de texto e suporte é indissolúvel, oferecendo não apenas o texto explícito, legível, mas uma intertextualidade, com uma informação “visível”, implícita no suporte e em todos os materiais agregados; enfim, o livro é o escrito e o inscrito, o espírito e a carne, a informação e a revelação, o que parece e o que é (BELO, 2002, p. 61-64).

Esse modo de “ler” o livro ressalta os aspectos bibliológicos (materialidade) que o identificariam como raridade, toda vez em que é visto como:

- a) um investimento, onde seu “valor monetário, associativo ou simbólico” (OGDEN, 1997, p. 6) é definido pelo interesse, original ou provocado, de um mercado restrito e silencioso;
- b) uma relíquia, um artefato belo e luxuoso, um objeto de veneração, “para ver e tocar” (ROBERT, 1936 apud CASTAGNINO, 2001) – prática do bibliófilo; ou “um deleite para os olhos” (DARNTON, 1999) – prática comum nas instituições de guarda (museus do livro);
- c) um símbolo de *status* – marcado pelo caráter “elitizante” que o colecionismo do livro raro favorece.

A noção de valor cultural deve ser abordada a partir da relação entre a História do Livro e a Cultura do Livro, no passado e no presente. O final do século XIX e o início século XX marcaram o livro, entendido como “documento de uma nova realidade [...], uma cópia do mundo” (OTLET, 1934). A consideração do valor cultural de uma obra releva suas características estruturais – classe e tipo de publicação, composição, volume e forma; e substantivas – proveniência, origens funcionais (autor ou editor ilustre ou mal afamado), data e lugar da produção e singularidades ou tratamento do assunto; além de concentrar o risco de expressar o gosto fácil e acrítico da mentalidade dominante.

O valor cultural (sentido histórico) confunde-se com o “valor de memória” (sentido patrimonial), que só pode ser atribuído ao livro no âmbito da instituição guardiã, como síntese de seu universo.

A abordagem do livro sob o ponto de vista da pesquisa bibliográfica releva a necessidade de situá-lo no contexto de “um universo inventariado” (CHARTIER; ROCHE, 1995, p. 107), atribuindo-lhe um valor intrínseco; parte-se do pressuposto de que todos os livros um dia impressos foram arrolados em bibliografias gerais, regionais e especializadas e em catálogos e inventários de bibliotecas, de livrarias e de leilões (DIAS, 1994, p. 59-72). A pesquisa bibliográfica pode levar à identificação de exemplares disponíveis no mundo, à inferência de que o item em mãos era uma obra “desaparecida”, “desconhecida”, “inventada” – até ser descoberta – ou revelar que é um item de suprema raridade. Mas, como a Bibliografia não é uma ciência exata, vale lembrar que são muitos os livros que não foram e jamais serão objeto de inventário ou catalogação.

As características do exemplar, do item em mãos, reiteram a noção de raridade pelo caráter monumental do livro, verificável em todas as inserções, subtrações, complementações que não compunham o livro no momento seguinte à conclusão de sua produção – tais como: marcas de propriedade e procedência (*ex libris*, *super libris*, *ex dono*), marcas de artífices ulteriores à produção do livro (encadernadores, restauradores, livreiros), marcas de leitura (notas, sinais de destaque, correções, alterações), encadernações originais, exóticas e luxuosas (que podem reservar surpresas na “alma” das capas, onde o “cartão interior se fazia de folhas soltas, de provas ou impressos inutilizados, montadas com grude ou prensadas (PÉREZ REVERTE, 1995, p. 131), ou, ainda, imperfeições acidentais ou provocadas.

De todos os critérios para o estabelecimento de raridade bibliográfica propostos (limite histórico, aspectos bibliológicos, valor cultural, pesquisa bibliográfica e características do exemplar), o limite histórico e os aspectos bibliológicos são supervalorizados em detrimento dos demais (HOUAISS, 1983; PÉREZ-REVERTE, 1995, p. 131).

Nas bibliotecas, geralmente, um livro é raro porque é antigo ou belo, sendo cuidado como patrimônio a ser preservado (valor arquivístico). Nessas circunstâncias, um livro “raro” pode ser mais ou menos valorizado (preço), não apenas por seus méritos intrínsecos (livro “opera”) – o conteúdo resultante de força intelectual; ou por sua forma valiosa (livro “opus”) – o continente, resultado do trabalho de artífices; mas, também, pela raridade “atribuída” (livro “opus rarissimum” ou “lîber albo corvo rarior”) – resultante de contingências (ROUVEYRE, 1899, t. 10; CHARTIER, 1997).

Um livro raro, sempre, terá valor considerável e meritório. E vale reiterar: há obras que são raras desde sua aparição, e há outras que o serão com o passar do tempo. Neste caso, a raridade é firmada em função de circunstâncias criadas ou provocadas; por exemplo: um livro proibido, em tese, não será mais raro a partir do momento em que sua proibição for suspensa: ou, um livro passará a ser raro no momento em que parte significativa da edição se perder ou tomar rumo ignorado, por acidente ou com intenção. É lícito, pois, concluir que um livro que é considerado uma raridade extraordinária, mais tarde, pode ser avaliado como obra muito comum; assim como um item sem qualquer significado pode alcançar, no futuro, valor excepcional.

O comércio de livros raros e preciosos não prima pela coerência de preços, pela regularidade de ofertas ou pela padronização de procedimentos.

Há uma tendência do mercado por edições príncipes, por exemplares anotados ou aquarelados. Os manuscritos alcançam alto preço e ganham destaque em processos de negociação. Os quirótipos, manuscritos que contêm ao mesmo tempo o texto original e o texto revisado pela mão do autor, são extremamente preciosos – vale ressaltar: notas que não modificam o texto, não qualificam o item como um quirótipo.

Na identificação de livros “coleccionáveis”, valores subjetivos que envolvem critérios não definidos têm predominado, tais como: RARO, ou raro, considerando que as diferenças de formatação “explicitam” níveis distintos de valor; MUITO RARO; RARÍSSIMO; POUCO VULGAR ou DIFÍCIL DE ACHAR; e CURIOSO. Esses critérios, praticados na literatura especializada, particularmente na francesa e na portuguesa, favoreceram um perfil pouco ou nada sistêmico na formação de coleções, tanto por colecionadores quanto por bibliófilos.

A Biblioteconomia de Livros Raros - disciplina metodologicamente afirmada, aglutinando estudos absolutamente essenciais sobre a História das Bibliotecas e sobre a produção, circulação, captação e acesso ao escrito e ao impresso (RICHARDSON JR et al., 2001; LISBOA, 1997, p. 106) - não tem sido objeto do interesse dos curadores de acervos, que acentuam suas ações no sentido de preservar o livro antes de identificar sua natureza – e a natureza do livro depende do uso que se fará dele.

A biblioteca de livros raros, como “o lugar do livro preservado”, enfrenta a dupla missão, aparentemente contraditória, de salvaguarda do livro e de garantia de acesso (CAMPOS, 1997, p. 207). Dentro dessa lógica, “[...] a preservação dos documentos importa mais do que o acesso [como se a salvaguarda do documento não pudesse] ser perturbada pela efemeridade dos [...] interesses e necessidades [do leitor], por muito respeitáveis que sejam. Há, pois, dificuldade em conciliar a preservação das entidades documentais com a difusão do conhecimento armazenado”.(SILVA, 1997, p. 118).

O concurso de ações de preservação e de organização do conhecimento, à luz da Biblioteconomia de Livros Raros, deve refletir-se na política e nas linhas de acervo. A falta dessas definições leva ao colecionismo mórbido e nostálgico, onde tudo deve ser guardado e nada pode ser subtraído, inviabilizando a guarda adequada à tipologia documental e à natureza dos

suportes, desencadeando o inevitável colapso da biblioteca como organismo vivo que é (RANGANATHAN, 1960; JACOB, 2000, p. 13).

A política de acervo implica na formalização de critérios para o planejamento e desenvolvimento de coleções (VERGUEIRO, 1989, p. 25; CHILD, 1997, p. 11), tais como: missão e comprometimento institucional, singularidade do acervo, importância científica e cultural e valor permanente das coleções (OGDEN, 1997, p. 5-6). A linha de acervo consiste na definição de conteúdos dos itens e formatos que podem ser incorporados, atendendo aos objetivos institucionais, e é desencadeada pela incorporação do acervo básico-histórico. Os acervos resultantes devem organizar-se em coleções de origens múltiplas, integradas ou não, que documentam o caráter antropofágico de toda biblioteca.

No entanto, as práticas verificadas nas bibliotecas brasileiras denunciam acervos cumulativos, onde é ignorado o sentido de coleção como parte de um acervo. Os inventários publicados, arrolando “livros raros”, demonstram acentuada preocupação com uma subjetiva exaustividade, limitada ao conjunto disponível; isto é, são inventariados como “raros”, todos os livros que “parecerem raros” para o inventariante. A coleção resultante, onde geralmente, quantidade e qualidade não se equiparam, passa a ser de acesso restrito e a constituir-se como “jóia da coroa” da Instituição de guarda. Esse “parecer raro” fundamenta-se no conceito pouco ou nada científico, mas, generalizado, de que o livro, se velho e antigo, é raro (PINHEIRO, 1989, 19); e de que o aspecto artesanal do livro antigo pressupõe valor, qualquer que seja a importância de seu conteúdo. É necessário prevenir-se, por exemplo, que ao arrolar itens de coleções específicas, oriundas de colecionadores de renome, a primeira noção de valor a emergir é de que esses livros podem delinear o perfil intelectual do colecionador original (CHARTIER; ROCHE, 1995, p. 105).

Desde Alexandria, as bibliotecas eram organizadas por proveniência – as coleções eram arranjadas segundo o colecionador original, sem qualquer possibilidade de descarte; até que, em meados do século XVIII, esse hábito foi abandonado e se organizou a biblioteca por assuntos, integrando-se as coleções. No entanto, a continuada aquisição de coleções de livros raros e a ocorrência de títulos dobrados provocaram a segmentação da biblioteca por datas, determinadas mais em função do espaço disponível para armazenamento do que pela História do Livro (MCKITTERICK, 2000, p. 103-104).

Obviamente, esse procedimento levou à exaustão dos espaços e à situação crítica de estabelecimento de processos seletivos que poderiam envolver questões de caráter jurídico quanto às garantias de propriedade pela biblioteca como, por exemplo, o recebimento de coleções condicionado à satisfação de interesses do “dono”, tais como a configuração da coleção como uma “biblioteca-museu” (VRCHOTRA, 1983) e a restrição de acesso; ou a reclamação de propriedade por herdeiros de antigos colecionadores. Essas probabilidades devem ser consideradas antes, durante e depois da incorporação, à luz dos interesses da biblioteca, mediante a formalização de um guia das coleções que a compõem.

Um bom exemplo a ser resgatado é a história da doação da Biblioteca Imperial brasileira a três instituições, pelo próprio Imperador, que assim definiu seu destino:

[...] // Queria pedir em meu nome ao Visconde de Taunay, Visconde de Beaurepaire, Olegario Herculano de Aquino e Castro, e Dr. João Severiano da Fonseca que separem os meus livros podendo por sua especialidade interessar ao Instituto [Histórico] e lh'os entreguem, afim de serem parte de sua bibliotheca. Esses livros serão collocados em lugar especial com a denominação de D. Thereza Christina Maria. Os que não deverem pertencer ao Instituto ofereço-os á Bibliotheca Nacional, que deverá collocá-los tambem em lugar especial com a mesma denominação. // O meu Museu dou-o tambem ao Instituto Historico no que tenha relação com a chorographia e historia do Brazil. A parte relativa ás sciencias naturaes e á mineralogica sob o nome de “Imperatriz Leopoldina”, como todos os herbarios, que possuo, fica para o Museu do Rio [Museu Nacional]. // [...] // D. Pedro d'Alcantara // Versailles 8 de Junho de 1891.(PEDRO II, 1891).

A parte que coube à Biblioteca Nacional, múltipla sob o ponto de vista dos suportes, incluía muitas partituras com o *ex-dono* da Imperatriz Leopoldina, mãe de D. Pedro II, (FIGUEIRA, 1999, p. 1) e outros tantos volumes com o carimbo da Real Bibliotheca, trazida para o Brasil com a corte de D. João; contava em 48.236 volumes, além de brochuras, folhetos avulsos, fascículos, estampas, músicas e mapas geográficos impressos e manuscritos. A maior coleção doada à Biblioteca Nacional (CALAZANS, [1937?], p. 9) não foi colocada em “lugar especial”, como desejou o Imperador, foi diluída no acervo segundo seus suportes e datas, e parte significativa de seus itens foi identificada por *ex libris* atribuído, com a denominação “D. Thereza Christina Maria”. Mas, que tratamento foi dado às outras duas partes pelo Instituto Histórico e pelo Museu Nacional

(UNIVERSIDADE, 2001)? Até que ponto essas três partes ainda se complementam?

Quanto ao acesso às coleções de livros raros, os procedimentos biblioteconômicos que o antecedem refletem, muitas vezes, certa negligência que se materializa em ações observadas no dia-a-dia das bibliotecas, contrários a quaisquer políticas de preservação (por exemplo: preparo para uso, circulação e empréstimo). A solução certamente perpassa pelo treinamento de bibliotecários e leitores, para melhor aproveitamento das potencialidades e uso erudito e disciplinado das coleções. Até que isso ocorra, os curadores de acervos vêm praticando uma rotina de “conservação” – de fundamentação pouco ou nada científica – que implica a restrição ou o impedimento de acesso, determinados:

- 1º pela idade do leitor – o acesso é impedido, com base na “tradição européia”, de bibliotecas que datam do período medieval, quando o livro era um privilégio de poucos “iniciados”. Atualmente, com a evolução do conceito de *biblioteca cidadã* e como consequência de valores oriundos da globalização da economia, da ciência e da cultura, as bibliotecas que buscam uma conotação “mundial” já oferecem acesso irrestrito, através da geração de “segundo suporte”;
- 2º pela formação do leitor – o acesso é restrito ao “leitor de alto nível”, embora os referenciais utilizados para medir esse grupo sejam por demais indefinidos. Há uma tentativa de classificar nesse grupo os leitores de nível superior ou em nível de pós-graduação, mas, a bem da verdade, a prática vem registrando que, muitas das vezes, esses “leitores de alto nível” são tão inexperientes no trato e no manuseio de coleções raras quanto o seria um leitor de livros “de pano”;
- 3º pelo estado físico do item – o acesso é impedido quando o item não apresenta condições de manuseio – é o caso de páginas que se despedaçam ao toque ou que se apresentam rendilhadas. Geralmente, o impedimento não é temporário, mas, definitivo, sem que qualquer procedimento seja tomado, de imediato, no sentido de resgatar o item à condição de acesso, por razões que vão desde a falta de recursos à inexistência de técnicas pertinentes de restauro. O item, nessas circunstâncias, é condenado à *prisão perpétua*, isto é, ao degredo em cofres ou armário selados pelo tempo de vida inútil que lhe restar.

É importante destacar que as políticas de acervo, no âmbito do acesso e do manuseio do livro raro, recomendam “conservar para não restaurar”, na medida em que a restauração atinge, apenas, o suporte e não a informação.

No entanto, o tratamento dispensado ao livro raro por boa parte dos curadores de acervos leva à interpretação de que a restauração é o destino imutável do livro que, como fênix, renasceria para o universo da transmissão do conhecimento, “curado” das ações do tempo, do bicho e do homem. Como intervenção, a restauração é a recusa da morte física do suporte, uma tentativa de neutralização dos efeitos do tempo e da negligência evidenciados em seu aspecto momentâneo, a busca e a definição, às vezes sublime, de uma “falsa” aparência original.

Em contraposição, a idéia de raridade aplicada ao livro reconhece-lhe uma “dimensão humana”, que implica uma realidade comum às “formas de vida orgânica”, onde o tempo, aliado às contingências de percurso, é o “escultor” do livro, atribuindo-lhe a “verdadeira” aparência de quem registra uma memória particular (YOURCENAR, 1985, p. 53-59).

Essas idéias levam à noção de sempre haverá, com a restauração de um livro raro, um ganho e uma perda. A restauração de um livro raro deve ocorrer, apenas, quando indispensável, e a conservação escrupulosa deve ser um exercício cotidiano de responsabilidade.

Tais procedimentos suscitam perplexidades e dúvidas quanto às competências da biblioteca de livros raros e de seus curadores, como guardiães de memória cultural, organizadores do conhecimento e disseminadores de informação, e encerram angustiante problemática: qual o futuro do livro raro no Brasil?

Sabe-se que também não há resposta para esta questão, porque o caminho que leva à solução ainda não está pronto – como num labirinto, vislumbra-se o caminho a medida em que se caminha...

Referências

BELO, André. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CALAZANS, O. Rodrigues. *As coleções da Biblioteca Nacional: 1808-1937*. [Rio de Janeiro, 1937?]. 15 f

CALOT, Frantz; MICHON, L. H.; ANGOULVENT, P. J. *L'Art du livre en France: des origines a nos jours*. Paris: Librairie Delagrave, 1931.

CAMPOS, Fernanda Maria. A inovação no saber disponível: bibliotecas e novos suportes de informação. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 207-211, abr./out. 1997.

CASTAGNINO, Raúl H. Formas de la bibliofilia. In: *PORTAL del libro: bibliofilia y bibliomanía*. Disponível em: <http://www.portaldellibro.com/bibliofilia/Bibliofilia.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2001

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Dir.). *Práticas da leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 75- 105.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Tradução Leonor Veja. Lisboa: Passagens, 1997.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História: novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rev. técnica de Gadiel Perruci. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 99-115.

CHILD, Margaret. Políticas de desenvolvimento de coleção e preservação. In: BECK, Ingrid (Coord.). *Planejamento e prioridades*. Tradução de Elizabeth Larkin Nascimento e Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997. (Caderno técnico; 30-32).

DARNTON, Robert. The new age of the book. *New York Review of Books*, New York, 18 mar. 1999.

DIAS, João José Alves. *Iniciação à bibliofilia*. Lisboa: Pró-Associação Portuguesa de Alfarrabistas, 1994.

ESCARPIT, Robert. *A revolução do livro*. Tradução de Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: INL, 1976. 156p.

FIGUEIRA, Rosa Maria Pereira. *Coleções incorporadas à divisão de Música e Arquivo Sonoro* [da Biblioteca Nacional]. Rio de Janeiro, [1999?]. 2 f. datil.

FLAUBERT, Gustave. Bibliomanie: conte. In: _____. *Oeuvres complètes*. Paris: Éditions du Seuil, [19-?]. 2 t. T. 1, p. 78-83.

HORTA, Sylvio Roque de G. *Uma nova forma de pensar: cultura irreal*. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/irreal/Segunda.htm>>. Acesso em: 3 dez. 1998.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Reimpressão fac-similar. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p.9 –17.

- LISBOA, João Luís. Sobre a investigação actual em história do livro e da leitura. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, v. 3, n. 1, p.105-112, abr./out. 1997.
- MARTÍNEZ DE SOUSA, José. *Pequeña historia del libro*. Barcelona : Editorial Labor, [1992].
- MARTINS, Wilson. A imprensa no Brasil. In: _____. *A palavra escrita*. 2. ed. il., rev. e atual. São Paulo: Ática, 1996. p. 209-322
- McKITTERICK, Douglas C. A biblioteca como interação: a leitura e a linguagem da bibliografia. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 2000. p. 94-107.
- McMURTRIE, Douglas C. *O livro, impressão e fabrico*. Tradução de Maria Luísa Saavedra Machado. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- MUKHERJEE, Ajit Kumar. *Librarianship: its philosophy and history*. Bombay: Asia Publishing House, [1966].
- OGDEN, Shereyn (Ed.). Planejamento para preservação. In: BECK, Ingrid (Coord.). *Planejamento e prioridades*. Tradução de Elizabeth Larkin Nascimento e Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997. (Caderno técnico; 3-10).
- OTLET, Paul. *Traité de documentation le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.
- PEDRO II, imperador do Brasil. *Carta do imperador deposedo do Brasil, Pedro II, a José da Silva Costa, definindo o destino de sua biblioteca, que seria partilhada entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional*. Versailles, 8 jun. 1891. 1 f. ms. (fac-simile).
- PÉREZ-REVERTE, Arturo. *O clube de Dumas*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- PINHEIRO, Ana Virginia. Glossário de codicologia e documentação. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v.115, p.123-213. 1998.
- PINHEIRO, Ana Virginia. *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- RANGANATHAN, S. R. *Library manual for library authorities, Librarians and honorary library workers*. 2. ed. London: Asia Publishing House, 1960.
- RICHARDSON JR, John V. et al. Guidelines for writing local library histories. In: LIBRARY History Round Table. Disponível em: <<http://www.spertus.edu/library/history/local.html>>. Acesso em: 11 mar. 2001.
- ROUYEYRE, Édouard. *Connaissances nécessaires a um bibliophile...* 5. ed. Paris: Ed. Rouveyre, 1899.

SILVA, Armando Jorge. Inovação nas bibliotecas para os públicos do século XXI. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 117-140, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Museu Nacional. *Biblioteca do Museu Nacional*. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/museu/bibliote/bibliote.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2001.

VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Tradução de Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

VERGUEIRO, Waldomiro. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis, 1989.

VRCHOTRA, Jaroslov. Museums of the book: their problems and their relations to libraries. *IFLA Journal*, v. 9, n. 2, p. 114-118, 1983.

YOURCENAR, Marguerite. O tempo, esse grande escultor. In: _____. *O tempo, esse grande escultor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.